

Aprovação com ressalvas

As secretarias de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça e de Acompanhamento Econômico (Seae) do Ministério da Fazenda recomendaram ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a aprovação, com restrições, da compra da Brasil Ferrovias e da Novoeste pela América Latina Logística (ALL). Sugerem a assinatura de um Termo de Compromisso de Conduta (TCC) com o Cade.

Receita das
emissoras de
tevéis
aumenta em
meio à forte
disputa

Pág. A16

ECONOMIA ■ Ministra afirma que meta de expansão de 5% ao ano não é atitude demagógica

O crescimento possível de Dilma

Daniel Pereira

■ BRASÍLIA. A chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse hoje que não é "atitude demagógica" perseguir uma meta de crescimento econômico de 5% ao ano no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para a ministra, é "absolutamente possível" alcançar tal percentual, duas vezes maior do que a média de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2003 e 2005 – de 2,5%.

Apesar do discurso otimista, Dilma fez questão de ressaltar que a meta não é "compromisso".

Visa, sobretudo, a mobilizar o governo na busca de um crescimento econômico maior do que o atual, o qual supera apenas, na América Latina, o Haiti.

– Quando se fixa uma meta de 5%, o objetivo é acelerar o crescimento – disse a ministra. – É um objetivo tangível para todos nós que remamos no mesmo barco.

O Banco Central estima que o aumento do PIB será de 3,7% no próximo ano. O mercado projeta 3,5%. Dilma não faz apostas. Até-se à meta e a seu suposto efeito psicológico sobre a equipe econômica.

– Ai de quem não perseguir 5% – avisa a ministra.

Em seguida, ressalva: "você não tem necessariamente de acertar no zerinho". Ou seja, em cheio. Em linha com o presidente Lula, Dilma diz que os indicadores da economia brasileira hoje são diferentes



ARQUIVO

Dilma afirma que Lula agora tem mais "margem de manobra" para acelerar o crescimento

da herança maldita recebida em 2003.

Ao contrário do metalúrgico vencedor em 2002, o presidente reeleito assumirá o novo mandato em um cenário de "robustez fiscal" e com regras claras para investimentos em setores como energia e saneamento.

Terá mais "margem de manobra", argumenta Dilma, para

tirar do papel projetos públicos e privados. O conjunto de medidas que será anunciado por Lula no mês que vem servirá de catalisador do processo.

– A realidade mudou. Nosso desafio é manter a estabilidade e a robustez fiscal, mas temos de acelerar o crescimento.

A ministra destaca a intenção do governo de desonerar

novos investimentos e de assumir obras de infra-estrutura que não são atraentes para a iniciativa privada. Caso da BR-163 (Cuiabá-Santarém).

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, confirmou que o governo aumentará os recursos do Projeto Piloto de Investimento (PPI), que passarão de 0,15% para 0,50% do PIB, e lançará

mão do instrumento para reduzir na prática o superávit primário, cuja meta é de 4,25% do PIB por ano.

Conforme acordo selado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), os investimentos de PPI podem ser deduzidos do cálculo do superávit.

Se o PPI ficar em 0,50% do PIB e o percentual for completamente deduzido, o esforço fiscal será na prática de 3,75%. Mantega não respondeu ao líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), quanto pode ser deduzido.

Para Dilma, desafio é manter estabilidade, a robustez fiscal e elevar crescimento econômico

Prometeu apenas que o governo será mais eficiente na execução do programa. Neste ano, apenas 0,10% do PIB, de 0,15% possível, foi executado.

O ministro Mantega, por sinal, não faz mais apostas sobre a expansão do PIB. Não é à toa. Em 2003 e 2006, Mantega viu suas projeções sobre o crescimento da economia desmentidas pela realidade. Justo ele que, quando presidia o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), disse que não derrubava, mas apenas levantava, o PIB.

■ Leia e opine no JB Online.
www.jb.com.br/24 horas